

DF vai ter mais três zonas eleitorais

3 ABR 1986

J. França

Jairo Viana

Brasília contará com três novas zonas eleitorais e terá duas outras reformuladas antes das eleições constituintes do dia 15 de novembro, caso o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) acate o pedido dos partidos políticos do DF, integrantes da Comissão de Apoio à Justiça Eleitoral (PMDB, PDS, PFL, PT e PTB). O pedido será julgado, possivelmente, na próxima quarta-feira, com relato do desembargador Mello Martins.

Com a reformulação proposta pelos partidos políticos seriam criadas as 9ª, 10ª e 11ª Zonas Eleitorais, desmembradas das 1ª e 2ª Zonas. As zonas das cidades-satélites permaneceriam com suas atuais divisões.

Pelo que propõe a reforma, a 1ª Zona Eleitoral passaria a atender uma população de 340 mil eleitores do Plano Piloto, Lago Sul e Norte, e a 2ª Zona atenderia o Paranoá e a região de Jardim, suas áreas urbana e rural, com população de 60 mil habitantes.

A 9ª Zona Eleitoral, deve ser criada para atender a uma população de 120 mil pessoas, residentes no Guará I e II, SIA, STRC e Setor de Inflamáveis; a 10ª Zona para abranger Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Metropolitana, Park-Way e suas áreas rurais, com uma população de 30 mil habitantes; e a 11ª para servir ao Cruzeiro, Área Octogonal, SMU e SAA, com população de 56 mil habitantes, prevê o pedido de rezoneamento eleitoral.

Negado

O pleito dos partidos políticos junto ao TRE, visando o rezoneamento eleitoral de Brasília, foi apresentado pela primeira vez em outubro do ano passado, e denegado pelo Tribunal, sob a alegação de falta de recursos materiais. No entanto, com a aprovação pelo TSE do recadastramento eleitoral, que começa no próximo dia 15, os presidentes dos diretórios regionais dos partidos no Distrito Federal estão confiantes que a medida seja aprovada antes do início da revisão dos eleitores brasilienses, hoje estimados em 700 mil.

«É uma boa opção se fazer o recadastramento eleitoral paralelo ao novo zoneamento da cidade», concordam Luís Rossi, presidente do Diretório Regional do PT; Ferreira de Castro e Eri Varela do PTB e representantes do PMDB e PDS.

Para Rossi, a medida vai permitir que a Justiça Eleitoral atenda a cada centro urbano, de acordo com sua personalidade sócio-econômico-política, dentro de suas características próprias. Ferreira de Castro se manifestou a favor do rezoneamento junto com o recadastramento eleitoral, visto que a «Justiça Eleitoral já dispõe dos meios físicos necessários para implementá-lo».

Título novo

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Elmano Cavalcanti de Farias, ressaltou que os formulários destinados ao recadastramento dos eleitores brasilienses já estão sendo impressos e o contrato como Serviço Nacional de Processamento de Dados (Serpro) ultimado para que, a partir do próximo dia 15, todos os brasilienses possam tirar seus novos títulos, obrigatórios para as eleições de 15 de novembro.

Para Elmano Farias, a idéia do rezoneamento eleitoral de Brasília, com a criação de três novas zonas, «é viável, desde que a medida seja aprovada antes do dia 15, quando começa o recadastramento». A aprovação do pedido dos partidos políticos vai depender dos sete juizes que compõem a Corte. Restam 12 dias para que o desembargador Mello Martins relate a proposta e a leve a julgamento. Esta é a última oportunidade para que a medida seja aprovada antes das eleições de 15 de novembro.